

Governador mostra vantagens competitivas do Paraná em seminário internacional

O governador Carlos Massa Ratinho Junior apresentou nesta quarta-feira (15), em Nova York, informações sobre projetos de desenvolvimento e indicadores do Paraná a empresários e especialistas em investimentos do Brasil e dos Estados Unidos. A apresentação faz parte de um painel do Summit Valor Econômico Brazil-USA, que contou com a participação de outros governadores brasileiros e que tem como objetivo principal fomentar novas oportunidades de parcerias e negócios entre os dois países.

Ratinho Junior iniciou a sua participação no painel lembrando que a economia do Paraná registrou um crescimento de 5,8% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2023, que foi exatamente o dobro do desempenho nacional no mesmo período, de 2,9%. “O Paraná é maior do que Portugal em extensão territorial e população, com um PIB acima da soma de Paraguai, Uruguai e Bolívia”, disse o governador para situar os investidores norte-americanos em relação ao Estado.

Segundo o chefe do Executivo paranaense, o bom resultado econômico foi impulsionado por uma série de políticas públicas e da atração de novos investimentos

do setor privado para o Estado. Ele mencionou como medidas as políticas de concessões e privatizações e grandes projetos para melhoria da infraestrutura e logística, como os R\$ 55 bilhões em investimentos que serão feitos em 3,3 mil quilômetros da malha rodoviária e a construção de 1,5 mil quilômetros de ferrovias dentro do projeto da Nova Ferroeste.

“O Paraná está estrategicamente localizado em uma região que concentra 70% do PIB da América do Sul, sendo a ligação do restante do Sul com o Sudeste e o Centro-Oeste e fazendo fronteira com a Argentina e o Paraguai, por isso temos feito projetos que exploram essa vocação estadual de ser uma grande central logística do continente”, afirmou.

SUSTENTABILIDADE

A crescente preocupação com um desenvolvimento ambientalmente sustentável também foi abordada pelo governador em seu discurso. Ele lembrou que o Paraná é o maior gerador de energia elétrica do Brasil, respondendo por 18% do consumo nacional, sendo que 98% dessa produção provém de fontes limpas e renováveis. Atualmente também

estão em implementação programas subsidiados pelo Estado de transformação energética da matriz econômica, principalmente a agropecuária.

Assim como já havia feito mais cedo em um evento do Banco BTG Pactual, Ratinho Junior voltou a defender o processo de industrialização do agronegócio paranaense, o que segundo ele garantiu um modelo de crescimento econômico sustentável. “A agroindústria gera mais valor agregado aos produtos, fazendo com que o dinheiro fique no Estado. Com isso, reduzimos a taxa de desocupação para 4,8%, chegando a patamares de pleno emprego”, argumentou.

MÃO DE OBRA

Ao falar sobre as mudanças implementadas no setor educacional, que fizeram com que o Paraná saltasse da 7ª colocação para a liderança nacional no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o governador enfatizou a modernização do currículo escolar pensando na criação de mão de obra mais qualificada em nível estadual.

“Implementamos um modelo pedagógico baseado na metodologia e não em ideologia. Hoje,



Foto: Jonathan Campos/AEN

os alunos do Paraná aprendem robótica e programação, demandas crescentes do mercado de trabalho e que tendem a aumentar mais ainda com a chegada de grandes empresas do setor tecnológico ao Estado”, defendeu Ratinho Junior.

CONCESSÕES

O governador aproveitou o público formado por investidores qualificados para divulgar os próximos leilões que devem ocorrer dentro do novo pacote de concessões rodoviárias do Paraná, que envolvem 3,3 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais que cortam o Estado. Até o momento, dois dos seis lotes já foram leiloados. Outros dois têm previsão de ir para leilão em novembro deste ano e os últimos até 2025.

Assim como ocorreu nos primeiros lotes, a concorrência será feita via Bolsa de Valores do

Brasil.

“Assim como os primeiros lotes das rodoviárias, tivemos sucesso nos processos de privatização da Sercomtel e da Copel Telecom, a transformação da Copel Energia em corporação, as Parcerias Público-Privadas (PPP) na área de saneamento básico e as concessões dos grandes aeroportos estaduais à iniciativa privada. Por isso, convido os investidores a conhecer os projetos e participar das próximas concorrências públicas”, disse.

Por fim, o governador garantiu que os empresários que optarem por empreender no Paraná encontrarão um ambiente propício para novos negócios. “Desde 2019, fizemos mudanças para a desburocratização do Estado e criamos um ambiente de paz política com os demais

setores, o que garante previsibilidade e tranquilidade para o empresariado investir e crescer”, concluiu. “Já reunimos mais de R\$ 200 bilhões em investimentos privados e queremos continuar nesse ritmo nos próximos anos”.

PAINEL

Além do governador do Paraná, o painel contou com a participação dos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro; Goiás, Ronaldo Caiado; Mato Grosso, Mauro Mendes; Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel; Pará, Helder Barbalho; e São Paulo, Tarcísio de Freitas. O secretário municipal da Fazenda de São Paulo, Luis Felipe Arellano, e o presidente do Banco Master, Daniel Vorcaro, também fizeram exposições. A mediação foi feita por Maria Fernanda Delmas, diretora de Redação do Valor Econômico.

Dengue em SC: população é protagonista no combate à doença e cuidados básicos evitam proliferação do mosquito

De acordo com o Informe Epidemiológico da Dengue, divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES), através da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) na quarta-feira, 15, em 2024 foram registrados 267.977 casos prováveis da doença. Em relação aos óbitos, temos 182 confirmados e 52 permanecem em investigação.

Quando comparado ao mesmo período no ano anterior, Santa Catarina apresentou um aumento de 222,81%, por isso é indispensável a sensibilização de todos para evitar a proliferação do mosquito em prol da

saúde e bem-estar social.

De acordo com Tharine Dal-Cim, bióloga da DIVE, a mobilização da população deve ser constantemente incentivada, visto que as residências são os principais locais de criadouro pelo acúmulo de água parada. “Aproximadamente 80% dos focos positivos do mosquito *Aedes aegypti* estão nas residências, em ralos, calhas, caixa-d'água destampadas, plantas com água, e a maior concentração dos problemas encontrados pelos agentes de combate às endemias são resíduos sólidos (lixo) desprezados conscientemente pela população dentro de suas casas”, afirma a

bióloga.

Cuidados

Além da dengue, o *Aedes aegypti* também é o mosquito transmissor de doenças como a chikungunya e a zika. Entre as medidas para controlar a proliferação e evitar a contaminação, recomenda-se:

- Evitar água parada, em qualquer época do ano, mantendo bem tampado tonéis, caixas e barris d'água ou caixas d'água;
- Acondicionar pneus em locais cobertos;
- Remover galhos e folhas de calhas;
- Não deixar água acumulada sobre a laje;
- Encher pratinhos de vasos com areia até a borda ou lavá-los uma vez por semana



Foto: NUCOM | DIVE

– Fazer sempre a manutenção de piscinas.

Ainda, é importante ficar atento aos sintomas da dengue, que incluem febre alta, dor de cabeça intensa, dor nas articulações, dor atrás dos olhos e

manchas vermelhas na pele. Em casos mais graves, o paciente pode apresentar também dor abdominal, vômitos persistentes, diarreia, desânimo e sangramento de mucosa. Diante de dois ou mais

desses sintomas, a pessoa deve procurar a unidade de saúde mais próxima e beber muita água. A hidratação é a melhor forma de amenizar os sintomas da dengue.

Em tempo recorde, deputados aprovam criação de Rede de Ajuda Humanitária no Paraná

Uma Rede de Ajuda Humanitária não só para o Paraná, mas com abrangência nacional foi aprovada em regime de urgência e em tempo recorde pela Assembleia Legislativa do Paraná. O projeto de lei 303/2024, de autoria do Governo do Estado, foi recebido pelo chefe do Poder Legislativo, deputado Ademar Traiano (PSD), na segunda-feira (13) e já nesta terça-feira (14) a matéria passou pelas comissões e foi votada em dois turnos em duas sessões plenárias ordinárias. Com requerimento de dispensa de redação final aprovado, já seguiu para a sanção do Poder Executivo.

“Dada a urgência para aprovação da matéria, recebemos contato da Defesa Civil, da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família e da Secretaria da Justiça e

Cidadania, solicitando para colocarmos em pauta com a maior brevidade possível esse projeto. Conversamos com os parlamentares para submeter à votação e concluir a tramitação”, explicou o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano.

O objetivo do texto é dar assistência emergencial e acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade após crises humanitárias, causadas por eventos climáticos extremos, como os que atingem o Rio Grande do Sul.

“É uma forma de o governo investir com recursos no campo humanitário, em tragédias que possam ocorrer dentro e fora do Paraná. Essa presidência se mostrou atenta e a Assembleia conseguiu de forma ágil garantir essa medida inovadora”, acrescentou Traiano.

O projeto de lei do Poder Executivo faz do Paraná o primeiro estado do país a instituir uma rede de ajuda para promover ações de respostas rápidas e de caráter humanitário. A proposta serve como um caminho mais fácil para ações de caráter social, podendo contar inclusive com participação de organizações da sociedade civil na execução das medidas, em ações como campanhas de arrecadação e criação de mecanismos para facilitar doações.

A rede terá uma comissão permanente com membros da Superintendência Geral de Ação Solidária, Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Social e Família e Secretaria da Justiça e Cidadania. Os recursos serão



Foto: Orlando Kissner/Alep

de responsabilidade do órgão que propor alguma medida emergencial, com ampla transparência para a sua utilização.

Repasse

Na segunda-feira, o presidente da Assembleia Legislativa já havia anunciado um repasse financeiro como

auxílio ao enfrentamento da tragédia causada pelas chuvas no Rio Grande do Sul. “A Mesa Executiva, em consonância com o Governo de Estado e em conversas com o Ministério Público do Paraná, o Tribunal de Justiça do Paraná e Tribunal de Contas do

Estado, vai disponibilizar recurso livre na ordem de R\$ 2 milhões, além do valor dos demais poderes”, disse Traiano.

Ele explicou que o montante será repassado à Defesa Civil do Paraná, que irá disponibilizá-lo para a contratação de serviços no Rio Grande do Sul.

PL que inclui fibromialgia no rol de deficiências é aprovado em plenário

Por unanimidade, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na tarde desta quarta-feira (15), o Projeto de Lei (PL) 68/2023, que inclui a fibromialgia no rol de deficiências previstas na legislação catarinense que trata dos direitos das pessoas com deficiência. A proposta, de autoria do deputado Maurício Peixer (PL), segue para análise do governador.

O texto aprovado em plenário altera a Lei Estadual 17.292/2017, que consolida a legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, para incluir a fibromialgia como deficiência, além de permitir que o Estado institua uma carteira de identificação para a pessoa com essa doença.

Conforme a justificativa do projeto aprovado, a fibromialgia é uma doença crônica relacionada com o funcionamento do sistema nervoso central e que tem como principal característica as dores intensas por todo o corpo, que causam transtornos e limitações aos pacientes. Ela não tem cura.

Na discussão em plenário, os deputados elogiaram a iniciativa. “Muitas pessoas esperam

pela aprovação desse projeto. Ao aprová-lo, vamos possibilitar que as pessoas com fibromialgia tenham acesso a vários direitos”, afirmou Lucas Neves (Podemos).

Neodi Saretta (PT) destacou que leis semelhantes foram aprovadas em vários estados, como Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, entre outros. Paulinha (Podemos) lembrou que o diagnóstico da doença é bastante complexo. “As pessoas sofrem muito por isso”, comentou.

Ao elogiar a iniciativa do deputado Maurício Peixer, Carlos Humberto (PL) afirmou que o projeto “fará justiça e trará amparo para muitas pessoas”. Para Jair Miotto, a aprovação do PL “abre um leque de possibilidades, de direitos, de amparo, de acolhimento para essas pessoas.”

Marcus Machado (PL) e Emerson Stein (MDB) também elogiaram a iniciativa. “É algo que vai somar muito para essas pessoas”, disse Stein.

CNH de pessoas surdas

Outra proposta que altera a legislação sobre as pessoas com

deficiência foi aprovada na tarde desta quarta. O PL 262/2023, do deputado Marcos da Rosa (União), acrescenta na Lei Estadual 17.292/2017 a garantia de tratamento equitativo às pessoas com deficiência auditiva em centros de formação de condutores (CFCs).

Conforme o texto aprovado, as pessoas nessas condições que forem tirar a CNH terão assegurados recursos didáticos de acessibilidade, sendo vedada a cobrança de valores adicionais por isso. Os recursos poderão ser tradução em Libras ou outras técnicas e tecnologias que garantam a acessibilidade.

“Recebemos informações de CFCs que cobravam valor adicional para fornecer a habilitação para pessoas surdas”, disse o deputado. “Nosso projeto é para que esse tipo de discriminação não ocorra mais, que nenhum valor adicional seja cobrado.”

O projeto segue para análise do governador.

Desperdício de alimentos

Também por unanimidade, os deputados aprovaram o PL 497/2023, de



Foto: Bruno Collaço / AGÊNCIA AL

autoria de Napoleão Bernardes (PSD), que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Perda e o Desperdício de Alimentos, a ser celebrada na semana que compreende o dia 29 de novembro. Conforme o autor, a iniciativa do projeto partiu de estudantes da EEB Professor Carlos Maffezzolli, de Guabiruba, que participaram do Programa Parlamento Jovem, desenvolvido pela Escola do Legislativo da Alesc.

Napoleão informou que, conforme a Embrapa, as famílias brasileiras desperdiçam em média, por ano,

130 quilos de comida. “Num mundo em que tantos passam fome, não dá para ter esse desperdício”, disse.

O projeto recebeu o apoio do deputado Marcos José de Abreu, o Marquito (Psol). “Essa conscientização também nos levará a pensar estratégias para distribuir essa alimentação de forma adequada e evitar que pessoas passem fome”, comentou.

Dr. Vicente Caropreso (PSDB) e Lunelli (MDB) também elogiaram a iniciativa. O PL 497/2023 segue para análise do governador.

Executivo

Dois projetos do Poder Executivo foram

aprovados pelos deputados na sessão da tarde desta quarta. O PL 92/2024 dá o nome do Cabo PM Everton Rodrigues de Bastos ao 31º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Itapema.

Já o PL 150/2024 cria gratificação a servidores da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC), equivalente a 40% da remuneração ou subsídio do servidor beneficiado. Conforme justificativa apresentada pelo governo, o objetivo é valorizar os profissionais que atuam na Defesa Civil Estadual.

Os dois projetos seguem para sanção do governador.

Residentes em economia rural iniciam atividades em órgãos da Secretaria da Agricultura

O Governo do Estado deu início às atividades da segunda edição do programa de Residência Técnica (Restec) com Curso de Especialização em Economia Rural. Nesta terça-feira (14), os 29 profissionais aprovados em processo seletivo se reuniram, de forma remota, para participar da aula magna, com uma palestra sobre desafios

e oportunidades do agronegócio, a partir de ações coletivas e custos de transação. Os novos residentes atuarão em Curitiba e 17 municípios do Interior.

Os profissionais são recém-formados em diferentes áreas do conhecimento, como administração, agronomia, direito, economia, engenharia cartográfica, engenharia

de agrimensura, medicina veterinária, nutrição e zootecnia. A nova turma conta, ainda, com 10 servidores públicos matriculados no curso de especialização, que é ofertado na modalidade de ensino a distância (EAD), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Pelos próximos dois anos, os novos

residentes vão desenvolver atividades práticas em diferentes unidades da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab). Na Capital, oito profissionais foram designados para os departamentos de Economia Rural (Deral), de Desenvolvimento Rural Sustentável (Deagro) e de Segurança

Alimentar e Nutricional (Desan).

Os outros 21 residentes estão nos núcleos regionais da Seab em Apucarana e Ivaiporã, no Vale do Ivaí; Cascavel e Toledo, na região do Oeste do Paraná; Cianorte, Maringá, Paranaíba e Umuarama, no Noroeste; Guarapuava, Irati e Laranjeiras do Sul, no Centro-Sul; e Campo

Mourão, Cornélio Procopio, Francisco Beltrão, Jacarezinho, Paranaguá e União da Vitória, nas regiões paranaenses do Centro-Oeste, Norte, Sudoeste, Norte Pioneiro, Litoral e Sul, respectivamente.

Santa Catarina alcança melhor desempenho do ano na exportação de carnes

Em abril, Santa Catarina alcançou os melhores resultados do ano na exportação de frangos e suínos. O estado exportou 173,2 mil toneladas de carnes de frangos, suínos, perus, patos e marrecos, bovinos, entre outras, com altas de 11,7% em relação aos embarques do mês anterior e de 14,5% na comparação com os do mesmo mês de 2023.

Em receitas, o estado exportou US\$ 358,3 milhões, crescimento de 15,5% em relação às exportações de março e de 6% na comparação com os valores de abril de 2023. No acumulado do 1º quadrimestre, foram exportadas 631,7 mil toneladas de carnes, alta de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

“O Estado tem trabalhado para garantir um cadeia produtiva eficiente e de qualidade e o escoamento de toda essa produção, com investimentos no nosso corredor logístico. É

um trabalho em todas as frentes pra atender essa alta demanda do mercado internacional”, destacou o governador Jorginho Mello.

Suínos
Santa Catarina foi responsável por 57,6% da quantidade e 59,7% das receitas das exportações brasileiras de carne suína dos quatro primeiros meses deste ano. O estado exportou 60,5 mil toneladas de carne suína in natura, industrializada e miúdos em abril, alta de 14% em relação aos embarques do mês anterior e de 7,1% na comparação com os de abril de 2023. As receitas de abril foram de US\$ 138,7 milhões, alta de 18,1% na comparação com as do mês anterior.

O secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Valdir Colatto, avalia que esses são resultados do comprometimento de toda a cadeia produtiva com a qualidade dos produtos catarinenses.

“Nosso estado dá exemplo e está sempre vigilante para garantir a sanidade e a segurança alimentar, ampliando assim as relações comerciais externas”, afirma.

A maioria dos principais destinos ampliou as aquisições em relação ao primeiro quadrimestre de 2023, com destaque para Filipinas (altas de 89,7% em quantidade e de 78,8% em receitas), Japão (101,8% e 94,0%) e Coreia do Sul (190,2% e 257,0%).

Por outro lado, a China registrou queda de 40,1% em quantidade e 51,9% em receitas na comparação entre o primeiro quadrimestre deste ano e o mesmo período de 2023. Com isso, a China perdeu a liderança do ranking das exportações catarinenses de carne suína, posição que ocupava desde 2018. O principal destino, atualmente, são as Filipinas (22,7% das exportações do estado).



Foto: Reprodução

Frango
O estado foi responsável por 24,3% das receitas geradas pelas exportações brasileiras de carne de frango nos quatro primeiros meses deste ano. Em abril, Santa Catarina exportou 104 mil toneladas de carne de frango com alta de 10% em relação aos embarques do mês anterior e de 19,7% na comparação com os de abril de 2023.

As receitas foram de US\$ 200,7 milhões, crescimento de 11,9% em relação às do mês anterior e de 9,2% na comparação com as de abril de 2023.

Segundo explica o analista de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural da Epagri/Cepa, Alexandre Luís Giehl, o aumento no volume exportado deve-se ao crescimento nas quantidades embarcadas para os principais

destinos ao longo dos quatro primeiros meses do ano, com destaque para Japão (+11,2% em relação ao 1º quadrimestre de 2023), Países Baixos (20,3%) e Emirados Árabes Unidos (30,1%). A China, por sua vez, que foi o principal destino do frango catarinense no ano passado, registrou queda expressiva nas aquisições do produto neste ano: -31,9% em quantidade e -44,1% em receitas.

Transparência na gestão pública é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa

A transparência, o combate à corrupção e o compliance na gestão pública será tema de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná. Proposto pelo deputado Fabio Oliveira (Podemos), o encontro será realizado na terça-feira (21), às 9h30, no Plenarinho da Casa.

Sob o tema “Transparência e Ética na Gestão Pública: ainda há esperança?”, a audiência terá a participação de profissionais do Sistema de Justiça, juristas, autores de livros e especialistas na área.

O objetivo do encontro é debater

um dos maiores problemas do País que é a corrupção na gestão pública e a criação de mecanismos que mitiguem o problema da falta de transparência e ética, bem como estimular dispositivos do Compliance na Gestão Pública.

Entre os nomes confirmados, estão Deltan Dallagnol, ex-procurador da República; Dr. Eduardo Cambi, Desembargador do TJPR; Acyr de Gerone, vice-presidente da Anajure; Professora Dra Zita Lago, autora do livro “A ética na Gestão Pública”; Dr. Lourenço Stelio Rega, autor do livro “Dando um jeito no

jeitinho”.

“Como ativista anticorrupção, defendo que o debate sobre transparência na gestão pública e o combate à corrupção seja permanente. É importante trazer o tema à pauta para ser discutido dentro desta Casa de Leis”, afirma Fabio.

Dados do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2023 divulgado pela Transparência Internacional mostram que o Brasil caiu 10 posições, e ficou na 104ª posição, com 36 pontos, atrás de Uruguai (76 pontos), Chile (66 pontos), Cuba (42 pontos) e Argentina



Fotos: Orlando Kissner/Alep

(37 pontos). O Brasil caiu 10 posições no Índice de Percepção da

Corrupção (IPC) de 2023, divulgado nesta terça-feira (30) pela entidade Transparência

Internacional. O país registrou 36 pontos e ficou na 104ª posição.